

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SÃO PAULO

SEBRAE-SP

PESQUISAS ECONÔMICAS

***Participação das MPEs no total de Pessoas
Ocupadas nas Empresas Paulistas: 1995/1999***

(Relatório de Pesquisa)



Outubro/00

Participação das MPEs no total de Pessoas Ocupadas nas Empresas Paulistas: 1995/1999

Índice

1. APRESENTAÇÃO.....	3
2. A ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO 1995-1999.....	4
3. PRINCIPAIS RESULTADOS DA PESQUISA.....	7
4. ANEXO - NOTAS METODOLÓGICAS COMPLETAS	14
(A.1)- ANÁLISE DA BASE DE DADOS (PNAD E RAIS).....	14
(A.2)- TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS NAS EMPRESAS PRIVADAS	16
(A.3)- OS PASSOS DO PROCESSO DE ESTIMAÇÃO.....	18
(A.4)- NOTAS SOBRE O SETOR AGROPECUÁRIO.....	23

1. APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem como objetivo estimar o número total de Pessoas Ocupadas no conjunto das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) e/ou nas atividades típicas de micro e pequeno porte, no Estado de São Paulo, bem como analisar sua evolução entre os anos de 1995 e 1999.

Para alcançar este objetivo, foram utilizadas duas fontes de dados oficiais (dados secundários) representadas pela **PNAD** (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1995 e 1999 e **RAIS**¹ (Relação Anual de Informações Sociais) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) de 1994 e 1998.

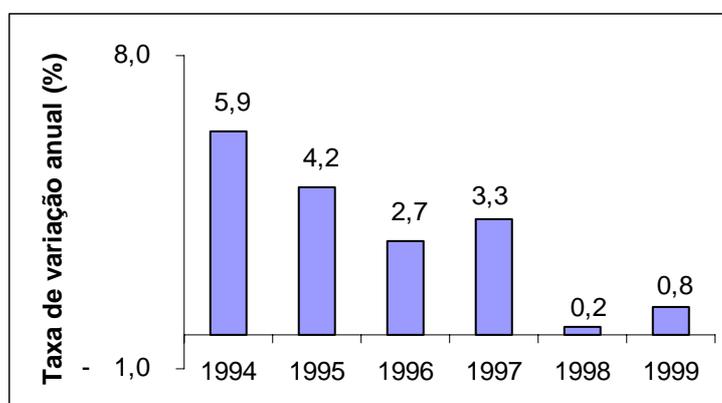
Através da aplicação de um conjunto consistente de hipóteses àqueles bancos de dados (PNAD e RAIS), chegou-se a uma estimativa do total de Pessoas Ocupadas nas MPEs paulistas nos anos de 1995 e 1999, bem como à participação percentual dos pequenos negócios no total de Pessoas Ocupadas nas empresas localizadas neste Estado. Entre os principais resultados, estima-se que o número de Pessoas Ocupadas nas MPEs paulistas cresceu 7,7%, passando de um total aproximado de 6,9 milhões em 1995 para cerca de 7,4 milhões de pessoas em 1999 (um acréscimo de cerca de 500 mil pessoas). Como consequência, a participação relativa das MPEs, no total de Pessoas Ocupadas nas empresas, cresceu de 64% para 67% no período considerado. Por outro lado, o número de Pessoas Ocupadas nas Médias e Grandes Empresas (MGEs) sofreu uma queda de 4%, passando de um total de 3,79 milhões de pessoas para 3,64 milhões de pessoas (uma redução de cerca de 150 mil pessoas). Assim, a participação relativa das Médias e Grandes Empresas caiu de 36% para 33% do total de Pessoas Ocupadas nas empresas privadas.

¹ Dados financiados pelo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

2. A ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO 1995-1999

O ano de 1995 foi o ano imediatamente posterior à implantação do Plano Real, período em que a economia brasileira beneficiou-se da eliminação do imposto inflacionário, da incorporação das classes de renda mais baixas ao mercado de consumo e de uma conseqüente expansão do consumo agregado e do PIB.

Gráfico 1 – Taxa de variação anual do PIB brasileiro entre 1994 e 1999 (em %)
(PIB a preços constantes de 1999)



Fonte: IBGE.

A taxa de inflação no período pré-Plano Real era da ordem de 50% ao mês. De uma forma bastante resumida, a idéia básica do Plano Real era que, com a adoção de uma nova moeda, livre da indexação e da inflação inercial (viabilizada pelo mecanismo da Unidade Real de Valor - URV), e com a manutenção de uma taxa de câmbio "fixa" (âncora cambial com taxa de câmbio valorizada), a pressão concorrencial dos bens importados serviria como balizador para a formação dos preços internos e estes tenderiam a seguir em direção à estabilidade na nova moeda.

Essa política foi bem sucedida no combate à inflação, porém teve como efeito negativo a criação de um déficit em transações correntes com o exterior. Exportar ficou cada vez mais difícil, uma vez que a inflação que ainda ocorria no país - não obstante a queda verificada em suas taxas - era superior ao ritmo que se imprimia às desvalorizações

cambiais. Com isso, ocorreu uma sobrevalorização crescente do real frente ao dólar, o que reduziu a competitividade dos produtos brasileiros no exterior e barateou os produtos importados para os residentes no Brasil. Como consequência, as vendas ao exterior caíram e as compras de importados subiram.

Dessa forma, a economia brasileira viu-se diante da necessidade de financiar esse déficit para manter a estabilidade cambial. A solução encontrada pelo governo para administrar este problema foi manter elevada a taxa nominal de juros. A taxa de juros elevada passou então a cumprir um duplo papel. Por um lado, foi utilizada para conter o processo de expansão da economia (e das importações), e por outro lado, permitia que o investidor externo tivesse incentivos para aplicar no país, atraindo novos capitais para o país, uma vez que as taxas de juros elevadas geravam uma maior rentabilidade das aplicações em reais em relação às aplicações no exterior.

A estratégia do financiamento do déficit em transações correntes com taxas de juros elevadas e câmbio fixo revelou-se problemática à medida em que foram ocorrendo problemas de financiamento em outros países: México (final de 94 e início de 95) e sudeste da Ásia (final de 1997).

Essas crises afetaram o Brasil por diversos motivos. Parte dos investidores estrangeiros retirou seus capitais do Brasil para compensar perdas sofridas nesses mercados. Além disso, essas crises abalaram a confiança dos investidores estrangeiros quanto ao destino da economia brasileira, uma vez que esses países mantinham suas moedas valorizadas e possuíam grandes déficits em transações correntes.

Para evitar novas saídas de capitais, que forçariam o governo a uma desvalorização cambial acentuada (para garantir a rentabilidade dos investidores externos) e comprometeriam as metas de estabilização da inflação, foi necessário que o governo elevasse ainda mais as taxas de juros no Brasil nesses episódios. Isso foi particularmente forte durante as crises asiática (nov/97) e russa (out/98), momentos em que a taxa de juros básica da economia (taxa Selic) ultrapassou o patamar de 40% ao ano, numa economia com preços já relativamente estáveis. Como consequência desse processo, particularmente a partir de 1998, a economia brasileira ingressou em um forte processo de desaceleração da atividade econômica.

Observe-se que o aumento dos juros implicava também aumento do déficit fiscal do governo. Assim, o problema de financiar o déficit externo era transferido para o problema de financiar as contas do governo.

Em janeiro de 1999 a situação tornou-se crítica. As saídas de capital eram elevadas e o governo mantinha taxas de juros muito altas. As alternativas eram a realização de um rigoroso ajuste fiscal por parte do governo brasileiro, equilibrando suas contas e implicando forte redução na atividade econômica, ou então, a alteração da política cambial, desvalorizando o real e permitindo que a taxa de câmbio passasse a flutuar de acordo com os movimentos de oferta e demanda de divisas. A segunda alternativa foi adotada e a desvalorização conteve a saída de capitais, apesar da forte turbulência inicial.

Com a desvalorização, o país passou a contar com a possibilidade de que as exportações se tornassem uma das alternativas para o crescimento da economia, o que vem ocorrendo lentamente, desde então. Contudo, a desvalorização também gerou pressões inflacionárias que não foram ainda totalmente absorvidas pela economia.

Em resumo, o período de referência aqui analisado (1995-1999) envolve basicamente um processo de desaceleração da atividade econômica, após um período inicial favorável. Apesar do ano base deste estudo (1995) apresentar-se relativamente favorável e do último ano de referência (1999) apresentar-se relativamente desfavorável em termos do nível de atividade econômica, como será visto nas próximas seções, os empreendimentos de micro e pequeno porte desempenharam importante papel na geração de ocupação das pessoas, absorvendo a maior parte do contingente de pessoas que ingressaram no mercado de trabalho nesse período.

3. PRINCIPAIS RESULTADOS DA PESQUISA

Nesta seção apresentam-se os resultados mais importantes do trabalho e um resumo dos passos utilizados para estimar o total de Pessoas Ocupadas nas MPEs paulistas no ano de 1999. Uma explicação detalhada desse processo de estimação está disponível no Anexo – Notas Metodológicas Completas”).

Segundo a PNAD de 1999, o Estado de São Paulo possuía cerca de 35,9 milhões de pessoas residentes (POP), dos quais 17,6 milhões de pessoas compondo a sua População Economicamente Ativa (PEA) e, dentro deste último grupo, cerca de 15,4 milhões de pessoas encontravam-se ocupadas no ano de 1999. Extraindo-se desse total as Pessoas Ocupadas no setor público, os empregados domésticos, os trabalhadores não-remunerados, os que produzem ou constróem apenas para consumo próprio (que não concorrem no mercado de produtos nem no mercado de trabalho), as pessoas cujo tipo de ocupação é totalmente ignorada e os ocupados no setor agrícola (este último pela falta de informações atualizadas para a elaboração de hipóteses), então chega-se a um total de 11,0 milhões de Pessoas Ocupadas (ver Tabela 1) como Empregadores, Conta-própria, Empregados CLT e Empregados “não-CLT” nas empresas privadas, portanto, esse é o grupo de pessoas que pode ser considerado como o universo de Pessoas Ocupadas no setor privado da economia (exceto setor agrícola).

A partir daqui, sobre este total de Pessoas Ocupadas nas empresas privadas (e seus componentes), aplica-se o seguinte conjunto de hipóteses:

- (i) O número de Empregadores nas MPEs guarda a mesma proporção da participação relativa das MPEs no total de empresas existente no Estado, estimada em 98,9% do total das empresas da economia paulista²;
- (ii) Por definição, 100% dos Conta-própria podem ser considerados como empreendedores de micro ou pequeno porte³;

² Ver “Onde Estão as MPEs Paulistas” – Sebrae-SP - jul/2000.

³ Segundo o IBGE, é considerado Conta-própria: “Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado” (PNAD, IBGE, 1999).

- (iii) A proporção de empregados com carteira assinada da PNAD em estabelecimentos considerados como Micro e Pequenas Empresas é a mesma verificada na RAIS (42,6% em 1995 e 48,5% em 1998).
- (iv) Os Empregados “não-CLT” da PNAD presentes nas MPEs resultam da diferença entre o número de Empregados nas MPEs (CLT + não-CLT) e o total de Empregados CLT nas MPEs. Considera-se aqui, como *proxy* das MPEs, o grupo de estabelecimentos da PNAD com até 10 empregados⁴.

Como resultado da aplicação das hipóteses descritas acima, chega-se então, a uma distribuição estimada dos Empregadores, Conta-própria, Empregados CLT e Empregados “não-CLT”, entre Micro e Pequenas Empresas (MPEs) e Médias e Grandes Empresas (MGEs), conforme apresentado na Tabela 1 e nos Gráficos 2, 3, 4 e 5.

Tabela 1. Distribuição da ocupação no Estado de São Paulo – MPE x MGE

Posição na ocupação	Ocupados em 95			Ocupados em 99		
	Micro e Pequena Empresa	Grande e Média Empresa	Total	Micro e Pequena Empresa	Grande e Média Empresa	Total
Empregados com carteira	2.478.559	3.332.931	5.811.490	2.700.960	2.869.203	5.570.163
Empregados sem carteira	1.196.672	451.428	1.648.100	1.267.397	761.727	2.029.124
Contra-própria	2.549.940	-	2.549.940	2.743.486	-	2.743.486
Empregador	634.071	7.052	641.123	674.857	7.506	682.363
Total	6.859.242 64%	3.791.411 36%	10.650.653 100%	7.386.700 67%	3.638.436 33%	11.025.136 100%

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD e RAIS

⁴ Para este cálculo, utilizou-se a faixa de estabelecimentos até 10 Empregados, como *proxy* das MPEs, visto que a PNAD dispõe de informações apenas para estabelecimentos com até 10 Empregados (CLT + não-CLT). Para obter esta estimativa, fez-se uso também da proporção dos estabelecimentos com até 10 empregados da RAIS (vide notas metodológicas completas em anexo). Observe-se que o uso dos estabelecimentos com até 10 Empregados, como *proxy* das MPEs, tende a subestimar a participação destas empresas no total de Empregados “não-CLT”, porém, esta subestimação tende a ser relativamente baixa. Isto porque, segundo o Cadastro dos Estabelecimentos Empregadores (CEE) do MTE, cerca de 92% dos estabelecimentos paulistas possuem até 9 empregados. Além disso, segundo a PECOMPE (Pesquisa de Conjuntura das Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo), em média, as MPEs paulistas possuem 5 Pessoas Ocupadas, incluindo neste total os donos do negócio e os empregados com ou sem carteira.

A partir dos resultados da Tabela 1, conclui-se que em 1995, aproximadamente 6,9 milhões de pessoas estavam ocupadas em atividades típicas de MPEs, representando 64% das pessoas ocupadas em empresas do setor privado (excluindo-se atividades agrícolas). Em 1999, este percentual atingiu 67%, equivalendo a 7,4 milhões de pessoas ocupadas em MPEs. Houve, portanto, um crescimento na participação relativa da ordem de 3 pontos percentuais entre 1995 e 1999 (um acréscimo de cerca de 500 mil pessoas). Observe-se que este aumento de Pessoas Ocupadas nas MPEs ocorreu concomitantemente a um processo de desaceleração da atividade econômica interna. Como foi visto na seção anterior, o ano base de comparação (1995) apresentava condições relativamente mais favoráveis aos negócios na economia, enquanto que em 1999 as dificuldades econômicas eram maiores, não obstante a queda nas taxas de inflação. Logo, a despeito da redução da atividade econômica ocorrida entre 1995 e 1999, as MPEs paulistas constituíram-se nas maiores geradoras de emprego e ocupação.

Em contraposição a isso, no mesmo período de análise, a participação relativa das Médias e Grandes Empresas (MGEs) caiu de 36% para 33% do total de Pessoas Ocupadas nas empresas, passando de um total de 3,79 milhões de pessoas para 3,64 milhões de pessoas (uma redução de cerca de 150 mil ocupações).

Portanto, entre 1995 e 1999, o acréscimo líquido de novas ocupações nas empresas (cerca de 350 mil ocupações) foi obtido em grande parte via expansão dos negócios de micro e pequeno porte. Esta expansão pode ser explicada pelos próprios tipos de ocupações encontrados nas MPEs. Conforme é possível verificar pela Tabela 2, durante o período considerado (95/99), o total dos Empregadores e dos Conta-Própria (ocupações altamente concentrada em atividades de micro e pequeno porte) cresceram respectivamente 6,4% e 7,6%, taxas de expansão superiores à taxa de expansão média das pessoas ocupadas em todas as empresas (3,5%).

Já no grupo dos Empregados com carteira (CLT), a taxa negativa (-4,2%) encontrada no agregado das empresas de todos os portes (Tabela 2) resulta de uma expansão de cerca de 9% no número total de Empregados CLT ocorrida nas MPEs e uma queda de 14% no número de Empregados CLT nas MGEs⁵.

⁵ O saldo líquido é negativo porque as MGEs possuem maior número de Empregados com carteira (CLT) do que as MPEs.

Para o conjunto dos Empregados “não-CLT”, a taxa de expansão (23,1%) também supera a taxa de expansão média das ocupações (3,5%), mas este é um fenômeno que não se limita às MPEs, ele ocorre em empresas de todos os portes.⁶

Finalmente, com respeito ao número total de Pessoas Ocupadas nas MPEs, este cresceu 7,7%, entre 1995 e 1999, contra uma queda de 4,0% nas MGEs e uma taxa média de expansão de 3,5% para as empresas privadas de todos os portes (exceto no setor agrícola).

Os dados apresentados nesta seção expressam, de fato, uma tendência cada vez mais comum nas economias modernas, de que os negócios de micro e pequeno porte se constituem numa das fronteiras de expansão das oportunidades de ocupação. Como visto neste trabalho, este papel foi exercido pelas MPEs num período de retração da atividade econômica. Existem vários fatores que podem ajudar a explicar o fenômeno da relevância das MPEs como geradoras de ocupações. Há um tendência de que com o desenvolvimento econômico a participação do setor terciário na economia cresça, e este é um setor com grande predominância de MPEs. Um segundo fator que pode estar influenciando nesse movimento, mas que ainda não foi totalmente elucidado, está na observação de que em um contexto de globalização e crescente concorrência, as grandes e médias empresas tendem a utilizar, cada vez mais, processos produtivos poupadores de mão-de-obra, deixando às MPEs o papel de gerar a maior parte das novas ocupações.

⁶ É digno de nota também que, para o conjunto total dos Empregados (soma de CLT e “não-CLT”), pela Tabela 1, verifica-se que a participação das MPEs sofreu um aumento expressivo no período, passando de uma participação relativa de 49,3% em 1995 para 52,2% em 1999. Esta informação é corroborada pelos resultados da PCV Pesquisa de Condições de Vida – Fundação Seade. Segundo a PCV, em 1994, 46,5% dos empregados assalariados do setor privado encontravam-se em empresas até 49 empregados. Em levantamento posterior (em 1998) este percentual alcançou 51,8%.

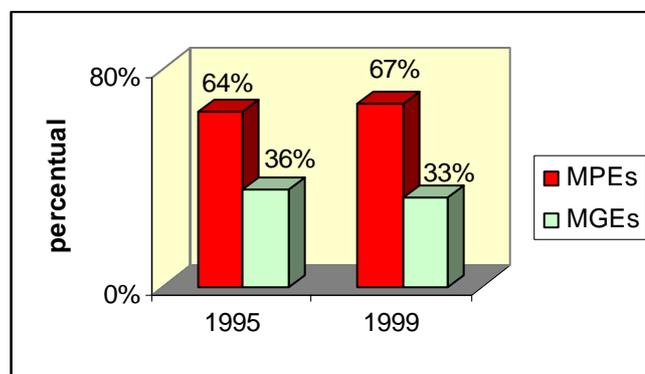
Tabela 2. Pessoas ocupadas nas empresas (de todos os portes) segundo o tipo de ocupação
(empregadores, conta-própria e empregados com ou sem carteira)

	Ocupados em 1995	Ocupados em 1999	Taxa de expansão
Empregador	641.123	682.363	6,4%
Conta-própria	2.549.940	2.743.486	7,6%
Empregado com carteira (CLT)	5.811.490	5.570.163	-4,2%
Empregado “outros” (não-CLT)	1.648.100	2.029.124	23,1%
Total	10.650.653	11.025.136	3,5%

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD 1995 e 1999 – IBGE.

Gráfico 2 – Pessoas Ocupadas nas empresas paulistas em 1995 e 1999

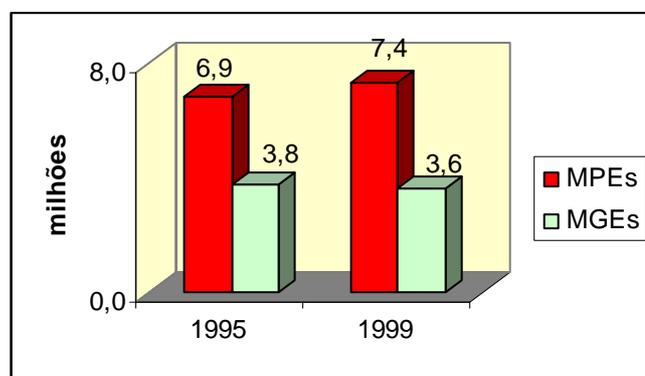
(em percentual)



Fonte: elaboração própria a partir de dados da PNAD e RAIS

Gráfico 3 – Pessoas Ocupadas nas empresas paulistas em 1995 e 1999

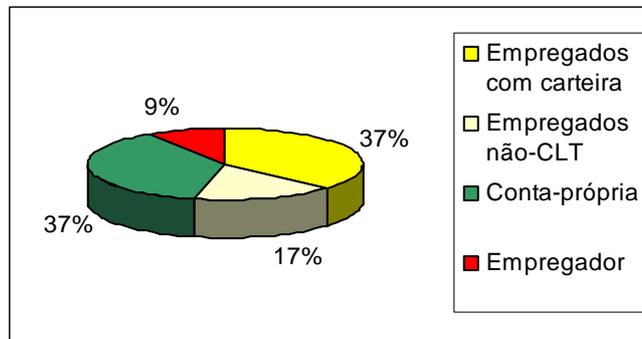
(em milhões de pessoas)



Fonte: elaboração própria a partir de dados da PNAD e RAIS

Gráfico 4 – Pessoas Ocupadas nas MPEs paulistas em 1999, por tipo de ocupação

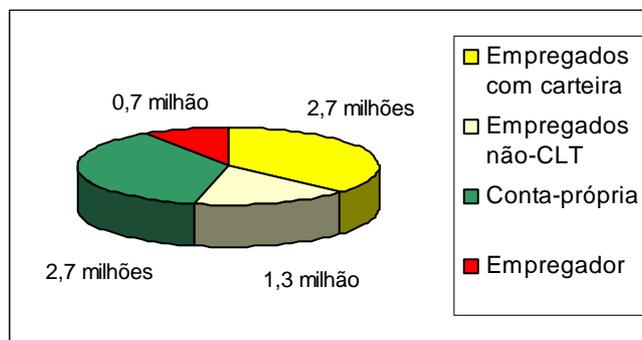
(em percentual)



Fonte: elaboração própria a partir de dados da PNAD e RAIS

Gráfico 5 – Pessoas Ocupadas nas MPEs paulistas em 1999, por tipo de ocupação

(em milhões de pessoas)



Fonte: elaboração própria a partir de dados da PNAD e RAIS

4. ANEXO - NOTAS METODOLÓGICAS COMPLETAS

(A.1)- ANÁLISE DA BASE DE DADOS (PNAD E RAIS)

A PNAD consiste em pesquisa amostral do IBGE, de periodicidade anual, e abrange todos os Estados da Federação, inclusive as regiões rurais (exceto as regiões rurais de 6 Estados da Região Norte do país⁷), fornecendo um amplo conjunto de informações (p.ex. educação, trabalho, habitação, migração, nupcialidade e fecundidade), dos quais, os que são de maior interesse para este estudo tratam dos dados de trabalho das pessoas. A PNAD apresenta, para o total do país e para cada Estado, o total de Pessoas Ocupadas na economia, segundo os diversos tipos de ocupações e setores de atividade (ou ramo de atividade do trabalho principal).

A RAIS consiste em um banco de dados do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), cuja atualização é feita anualmente. A RAIS representa um censo anual do emprego formal uma vez que devem apresentar declaração à RAIS todas as empresas e organizações que tenham mantido, como empregadores, alguma relação de emprego, em algum momento do ano a que se referem as informações⁸. De abrangência nacional, a RAIS também apresenta dados para as todas as Unidades da Federação.

Observe-se que os períodos de referência das fontes de dados aqui utilizadas não são coincidentes, porém, para efeito de comparação são os mais próximos e adequados, sendo que as PNADs de 1995 e 1999 captam todos os tipos de ocupações na última semana do mês de setembro dos respectivos anos, enquanto que os dados da RAIS de 1994 e 1998 referem-se exclusivamente à posição do emprego assalariado com carteira assinada (emprego formal) no último dia do ano.

Assim, segundo os resultados da PNAD, o Estado de São Paulo possuía 15.153.550 e 15.412.014 ocupados no anos de 95 e 99, respectivamente, conforme as distribuições apresentadas nas Tabelas 3 e 4.

⁷ Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

⁸ Devem também declarar a RAIS os estabelecimentos constituídos, ainda que não tenham mantido vínculos empregatícios, e estabelecimentos que empregam trabalhadores avulsos (RAIS “negativa”).

Tabela 3. Pessoas ocupadas, por posição na ocupação e ramo de atividade
no trabalho principal (ESP) em 1995

RAMO DE ATIVIDADE NO TRABALHO PRICIPAL	TOTAL	EMPREGADO				TRAB DOMEST	CONTA PRÓPRIA	EMPRE- GADOR	NÃO REMUN	PROD P/ CONS PR	CONST P CONS PR	SEM DECLAR
		TOTAL	C/CART	OUTROS	F PBL/MIL							
TOTAL	15.153.550	9.631.764	6.688.939	2.037.881	904.944	1.234.156	2.756.086	720.691	579.473	188.329	38.095	4.956
AGRÍCOLA	1.303.257	685.290	383.209	302.081	0	0	171.350	64.867	191.769	188.329	0	1.652
INDÚSTRIA TRANSF	3.091.226	2.776.515	2.404.015	370.077	2.423	0	132.066	130.042	52.603	0	0	0
IND CONSTR CIVIL	1.029.236	453.463	262.194	190.443	826	0	462.368	53.428	21.882	0	38.095	0
OUT ATIV INDUSTRIAIS	140.081	135.237	106.914	8.093	20.230	0	826	3.192	826	0	0	0
COMÉRCIO	2.243.032	1.258.974	926.507	330.017	2.450	0	647.374	196.685	139.999	0	0	0
PREST SERVIÇOS	3.397.068	1.054.553	700.411	352.518	1.624	123.156	848.637	127.733	131.989	0	0	0
SERVIÇOS AUXILIARES	767.311	466.206	328.921	126.028	11.257	0	219.871	68.325	12.909	0	0	0
TRANSP & COMUNIC	700.399	523.676	431.017	73.856	18.803	0	150.022	20.261	6.440	0	0	0
SOCIAL	1.432.972	1.283.279	651.511	197.068	434.700	0	88.776	41.457	19.460	0	0	0
ADMINISTR PÚBLICA	626.001	626.001	192.507	37.958	395.536	0	0	0	0	0	0	0
OUT ATIV/IGNORADOS	422.967	368.570	307.733	49.742	17.095	0	34.796	14.701	1.596	0	0	3.304

Fonte: PNAD 1995 - IBGE.

Tabela 4. Pessoas ocupadas, por posição na ocupação e ramo de atividade no trabalho principal (ESP) em
1999

RAMO DE ATIVIDADE NO TRABALHO PRICIPAL	TOTAL	EMPREGADO				TRAB DOMEST	CONTA PRÓPRIA	EMPRE- GADOR	NÃO REMUN	PROD P/ CONS PR	CONST P CONS PR
		TOTAL	C/CART	OUTROS	F PBL/MIL						
TOTAL	15.412.014	9.758.607	6.414.375	2.424.334	919.898	1.279.605	2.946.575	759.041	503.859	144.955	19.372
AGRÍCOLA	1.151.325	639.747	359.921	279.826	0	0	157.606	59.841	149.176	144.955	0
INDÚSTRIA TRANSF	2.780.628	2.482.396	2.044.388	436.322	1.686	0	130.585	122.151	45.496	0	0
IND CONSTR CIVIL	1.112.013	497.834	245.950	251.042	842	0	529.927	49.718	15.162	0	19.372
OUT ATIV INDUSTRIAIS	131.438	129.752	99.419	15.167	15.166	0	0	1.686	0	0	0
COMÉRCIO	2.345.048	1.351.933	938.352	413.581	0	0	630.840	235.051	127.224	0	0
PREST SERVIÇOS	3.469.528	1.099.965	712.530	386.594	841	1.279.605	850.723	128.031	111.204	0	0
SERVIÇOS AUXILIARES	960.114	579.414	393.265	181.095	5.054	0	287.204	80.860	12.636	0	0
TRANSP & COMUNIC	743.730	510.379	394.999	105.274	10.106	0	205.547	21.906	5.898	0	0
SOCIAL	1.637.498	1.453.026	741.260	240.049	471.717	0	108.660	42.960	32.852	0	0
ADMINISTR PÚBLICA	641.959	640.275	190.418	55.589	394.268	0	0	0	1.684	0	0
OUT ATIV/IGNORADOS	438.733	373.886	293.873	59.795	20.218	0	45.483	16.837	2.527	0	0

Fonte: PNAD 1999 - IBGE.

(A.2)- TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS NAS EMPRESAS PRIVADAS

Com o intuito de limitar o universo de Pessoas Ocupadas da PNAD a um grupo de análise mais específico, restrito ao universo de Pessoas Ocupadas no âmbito das empresas do setor privado, foi necessário excluir as seguintes categorias de ocupação:

- (i) os ocupados no setor de administração pública, que engloba os funcionários públicos, os militares e demais ocupações que estejam alocadas no âmbito do setor público;
- (ii) os trabalhadores domésticos, os trabalhadores não remunerados e aqueles que produzem para consumo próprio ou que constroem para utilização própria, por não estarem envolvidos em atividades voltadas para o mercado e/ou por estarem fora do âmbito das empresas.
- (iii) os ocupados sem declaração, cujo ramo de atividade é ignorado, pela completa falta de informação sobre sua distribuição em termos de ocupação e ramo de atividade.
- (iv) os ocupados no setor agrícola, devido à dificuldade de se identificar a MPE tanto pelo seu critério de definição (por faixa de hectares) nos bancos de dados disponíveis (PNAD e RAIS), quanto pela indisponibilidade de dados para os períodos aqui considerados.

A partir dos critérios de exclusão citados acima, chega-se a uma aproximação de um conjunto de Pessoas Ocupadas em empresas ou empreendimentos do setor privado, exceto o setor agrícola. Este novo grupo de Pessoas Ocupadas é estimado em 10.650.653 pessoas, em 1995, e 11.025.136 pessoas, em 1999 (ver Tabelas 5 e 6).

Tabela 5. Pessoas ocupadas nas empresas (de todos os portes) segundo ramo de atividade

RAMO DE ATIVIDADE NO TRABALHO PRICIPAL	PNAD 1995						PNAD 1999					
	TOTAL	EMPREGADO			CONTA PRÓPRIA	EMPREGADOR	TOTAL	EMPREGADO			CONTA PRÓPRIA	EMPREGADOR
		TOTAL	C/CART	OUTROS				TOTAL	C/CART	OUTROS		
TOTAL	10.650.653	7.459.590 (a)	5.811.490 (b)	1.648.100	2.549.940	641.123	11.025.136	7.599.287	5.570.163	2.029.124	2.743.486	682.363
INDÚSTRIA TRANSF	3.036.200	2.774.092	2.404.015	370.077	132.066	130.042	2.733.446	2.480.710	2.044.388	436.322	130.585	122.151
IND CONSTR CIVIL	968.433	452.637	262.194	190.443	462.368	53.428	1.076.637	496.992	245.950	251.042	529.927	49.718
OUT ATIV INDUSTRIAIS	119.025	115.007	106.914	8.093	826	3.192	116.272	114.586	99.419	15.167	0	1.686
COMÉRCIO	2.100.583	1.256.524	926.507	330.017	647.374	196.685	2.217.824	1.351.933	938.352	413.581	630.840	235.051
PREST SERVIÇOS	2.029.299	1.052.929	700.411	352.518	848.637	127.733	2.077.878	1.099.124	712.530	386.594	850.723	128.031
SERVIÇOS AUXILIARES	743.145	454.949	328.921	126.028	219.871	68.325	942.424	574.360	393.265	181.095	287.204	80.860
TRANSP & COMUNIC	675.156	504.873	431.017	73.856	150.022	20.261	727.726	500.273	394.999	105.274	205.547	21.906
SOCIAL	978.812	848.579	651.511	197.068	88.776	41.457	1.132.929	981.309	741.260	240.049	108.660	42.960

Fonte: PNAD 1995 e 1999 – IBGE.

Tabela 6. Pessoas ocupadas nas empresas (de todos os portes) segundo o tipo de ocupação (empregadores, conta-própria e empregados com ou sem carteira)

	Ocupados em 1995	Ocupados em 1999	Taxa de expansão
Empregador	641.123	682.363	6,4%
Conta-própria	2.549.940	2.743.486	7,6%
Empregado com carteira (CLT)	5.811.490	5.570.163	-4,2%
Empregado “outros” (não-CLT)	1.648.100	2.029.124	23,1%
Total	10.650.653	11.025.136	3,5%

Fonte: Elaboração própria a partir da Tabela 5.

OBS: esta tabela é uma reprodução da Tabela 2. Ela foi aqui reproduzida, para efeito didático, para um melhor entendimento dos passos da seção seguinte.

(A.3)- OS PASSOS DO PROCESSO DE ESTIMAÇÃO

A partir da Tabela 6 da seção anterior, serão feitas suposições com o objetivo de distribuir o total de Pessoas Ocupadas nas empresas, entre empreendimentos de micro e pequeno porte (MPEs) e empresas de médio e grande porte (MGEs). Abaixo apresentam-se os passos seguidos para estimar as Pessoas Ocupadas nas MPEs no período 1998/1999. Os resultados para os dados referentes ao período 1994/1995 podem ser obtidos de maneira análoga.

1º Passo: o Sebrae-SP divulgou, recentemente, estudo que estimou em 98,9% a participação das MPEs no total de empresas no Estado de São Paulo, em dez/99.⁹ Supondo que o número de Empregadores nas MPEs guarda a mesma proporção, então, a aplicação direta deste percentual (98,9%) sobre o total de “Empregadores” nas empresas do Estado, expresso na Tabela 6 (682.363 Empregadores), dá uma estimativa do número de Empregadores nas MPEs (674.857 empregadores). A parcela dos Empregadores presentes nas MGEs (7.506 empregadores) pode ser obtida pela diferença frente ao total de Empregadores do Estado.¹⁰

Hipótese 1:

Aplicação do percentual de Micro e Pequenas Empresas (98,9%) ao número de Empregadores
- 674.857 Empregadores nas MPEs (98,9%)
- <u>7.506 Empregadores nas MGEs (1,1%)</u>
- 682.363 Total de Empregadores nas empresas (PNAD-99)

2º Passo: Conforme definição utilizada pelo próprio IBGE, é considerado Conta-própria “Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado”

⁹ “Onde Estão as MPEs Paulistas” – Sebrae-SP - jul/2000. Este estudo envolveu basicamente a agregação dos números de CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) de todos os estabelecimentos registrados no CEE (Cadastro de Estabelecimentos Empregadores do Ministério de Trabalho e Emprego), referentes a dezembro de 1999, transformando o número de estabelecimentos em número de empresas. Sobre este último procurou-se, então, isolar as MPEs das MGEs, pelo critério do número de empregados (Indústria até 99 empregados, Comércio e Serviços até 49 empregados). Como resultado, chegou-se à estimativa de que as MPEs respondiam por 98,9% das empresas no Estado de São Paulo.

¹⁰ A proporção citada (98,9%) também foi aplicada aos dados da PNAD de 1995, para obter a estimativa dos Empregadores nas MPEs nesse ano.

(PNAD, IBGE, 1999). Com base nesta definição, supôs-se aqui que 100% dos Conta-própria podem ser considerados como empreendedores de micro ou pequeno porte¹¹. Logo todos os 2.743.486 Conta-própria identificados pela PNAD de 1999 podem ser considerados como Pessoas Ocupadas em atividades típicas de MPEs¹².

Hipótese 2:

Considerou-se 100% dos Conta-própria como empreendedores de micro e pequenas empreendimentos

- 2.743.486 Conta-própria (em MPEs)
- 0 Conta-própria (em MGEs)
- 2.743.486 Conta-própria nas empresas (PNAD-99)

3º Passo: segundo os dados da RAIS, em dezembro de 1998, cerca de 48,5% dos empregados com carteira assinada estavam ocupados em estabelecimentos que podem ser considerados como Micro e Pequenas Empresas¹³ (contra 42,6% em dezembro de 1994). A aplicação deste percentual (48,5%), obtido via RAIS, sobre o total de Empregados com carteira da PNAD (5.570.163 empregados com carteira da PNAD), permite obter uma estimativa sobre a participação das MPEs no total de Empregados com carteira da PNAD (2.700.960 empregados com carteira nas MPEs). A parcela dos Empregados com carteira presentes nas MGEs (2.869.203 empregados) pode ser obtida pela diferença frente ao total de Empregados com carteira do Estado. Observe-se que a aplicação da proporção encontrada na RAIS aos números absolutos da PNAD deve-se,

¹¹ Ainda que haja uma parcela dos Conta-própria em situação de empregados contratados de forma irregular (empregados regulares contratados como autônomos), esta parcela tende a ser relativamente pequena. A título de exemplo, com base na Pesquisa de Emprego e Desemprego da Fundação Seade de 1994, cerca de 90% dos autônomos da Região Metropolitana de São Paulo trabalhavam para empresas com até 49 empregados. Assim, mesmo que todos eles fossem empregados “regulares” contratados de forma irregular (como autônomos), em sua quase totalidade estariam ocupados em empresas de micro e pequeno porte. Por outro lado, para os 10% restantes que estavam trabalhando em empresas com 50 ou mais empregados, não é possível identificar a proporção dos autônomos “autênticos” e das contratações irregulares. Porém, ainda que haja uma parcela de empregados “regulares” contratados de forma irregular (como autônomos), por não terem garantido o vínculo empregatício com as empresas, estes tendem a se aproximar de uma posição mais parecida com os Conta-própria do que com os empregados assalariados com registro em carteira, em termos de direitos trabalhistas e incerteza inerente à atividade. Portanto, parece razoável tratar 100% dos Conta-própria como empreendedores de micro e pequeno porte.

¹² A proporção citada (100%) também foi aplicada aos dados da PNAD de 1995, para obter a estimativa dos Conta-própria nas MPEs nesse ano.

apenas, à necessidade de operar com uma base de dados única para trabalhar com dados absolutos.¹⁴

Hipótese 3:

Aplicação do percentual de MPEs no total de empregados formais da RAIS (48,5%) sobre o total de empregados com carteira assinada da PNAD

- 2.700.960 Empregados com carteira nas MPEs (48,5%)
- 2.869.203 Empregados com carteira nas MGEs (51,5%)
- 5.570.163 Empregados com carteira nas empresas (PNAD-99)

4º Passo: a diferença entre o total de Empregados com ou sem carteira da PNAD (7.599.287 Empregados) e os Empregados com carteira (5.570.163 Empregados com carteira), resulta em um grupo de Empregados que não possuem carteira assinada, isto é, não possuem vínculo empregatício de acordo com a CLT¹⁵ (2.029.124 Empregados). Este grupo engloba tanto empregados informais como empregados sob regime de trabalho específico, que não seja a CLT. Por convenção, chama-se este grupo de “Empregados não-CLT”. A estimativa da distribuição destes “Empregados não-CLT” nas MPEs pode ser obtida pela fórmula apresentada no *box* abaixo:

¹³ Critério de classificação de MPE (Sebrae): Indústria (até 99 empregados), Comércio e Serviços (até 49 empregados).

¹⁴ Os totais absolutos de Empregados com carteira obtidos pela RAIS são de 5.955.858 (em 1994) e 5.960.196 (em 1998), números bastante próximos ao grupo de empregados com carteira da PNAD: 5.811.490 (em 1995) e 5.570.163 (em 1999). As diferenças são compreensíveis devido ao fato da RAIS englobar todo o mercado de trabalho formal enquanto que a PNAD reflete apenas o trabalho principal dos empregados (a atividade manifestada, pelos próprios empregados, como a principal – que não é necessariamente a única).

¹⁵ CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.

$$\begin{array}{cccc}
 \boxed{\begin{array}{c} \text{Número Total} \\ \text{de} \\ \text{Empregados} \\ \text{não-CLT nos} \\ \text{estabelecim.} \\ \text{com até 10} \\ \text{Empregados} \end{array}} & \text{(1)} & = & \boxed{\begin{array}{c} \text{Número Total de} \\ \text{Empregados} \\ \text{CLT e "não-CLT"} \\ \text{em estabelecim.} \\ \text{com até 10} \\ \text{Empregados na} \\ \text{PNAD (99)} \end{array}} & \text{(2)} & - & \boxed{\begin{array}{c} \% \text{ dos} \\ \text{Empregados CLT} \\ \text{em estabelecim.} \\ \text{com até 10} \\ \text{Empregados na} \\ \text{RAIS (98)} \end{array}} & \text{(3)} & \times & \boxed{\begin{array}{c} \text{Número Total} \\ \text{de} \\ \text{Empregados} \\ \text{com carteira} \\ \text{na PNAD (99)} \end{array}} & \text{(4)}
 \end{array}$$

Notas:

- (1) *proxy* da ocupação dos Empregados “não-CLT” nas MPEs
- (2) dado disponível na PNAD (2.427.481 pessoas)
- (3) dado disponível na RAIS (aproximadamente 20,83%)
- (4) dado disponível na PNAD (5.570.163 pessoas)

Observe-se que a RAIS não dispõe de informações para “Empregados não-CLT”. A PNAD também não dispõe de dados sobre esta categoria de ocupação para as faixas de classificação tradicionais de MPEs¹⁶, mas dispõe destas informações para estabelecimentos até 10 empregados. Assim, pela ausência de outras fontes de dados sobre este tipo de ocupação, utiliza-se aqui o conceito de até 10 empregados, como uma conceito mais restrito ou *proxy* para representar as MPEs neste tipo de ocupação, mesmo sabendo que isto tende a gerar pequena subestimação da participação das MPEs neste grupo de empregados¹⁷. Para efeito de padronização de critérios, a faixa de até 10 empregados também foi a utilizada para obter a parcela de emprego formal das MPEs a partir da RAIS. Assim o número total de Empregados “não-CLT” nas MPEs restringe-se aos estabelecimentos com até 10 empregados.

¹⁶ Critério de classificação de MPE (Sebrae): Indústria (até 99 empregados), Comércio e Serviços (até 49 empregados).

¹⁷ Ver explicações apresentadas no rodapé 4.

A Tabela 7 resume os resultados aqui encontrados, em termos de estimativa de Pessoas Ocupadas nas MPEs, por tipo de ocupação (Empregador, Conta-própria, Empregados com carteira e Empregados não CLT).

Tabela 7. Distribuição da ocupação no Estado de São Paulo – MPE x MGE

Posição na ocupação	Ocupados em 95			Ocupados em 99		
	Micro e Pequena Empresa	Grande e Média Empresa	Total	Micro e Pequena Empresa	Grande e Média Empresa	Total
Empregados com carteira	2.478.559	3.332.931	5.811.490	2.700.960	2.869.203	5.570.163
Empregados sem carteira	1.196.672	451.428	1.648.100	1.267.397	761.727	2.029.124
Conta-própria	2.549.940	-	2.549.940	2.743.486	-	2.743.486
Empregador	634.071	7.052	641.123	674.857	7.506	682.363
Total	6.859.242 64%	3.791.411 36%	10.650.653 100%	7.386.700 67%	3.638.436 33%	11.025.136 100%

OBS: esta tabela é uma reprodução da Tabela 1. Ela foi aqui reproduzida, para um melhor entendimento dos passos desta seção.

(A.4)- NOTAS SOBRE O SETOR AGROPECUÁRIO.

Para verificar as implicações da inclusão do setor agropecuário sobre os resultados aqui encontrados, tomou-se como conceito de MPE agropecuário aquela com até 100 hectares (conceito utilizado no Sebrae-SP). Com base no Censo Agropecuário do IBGE de 1995/96, verifica-se que estas respondiam por 62% do total de Pessoas Ocupadas no setor agrícola, em 1995, no Estado de São Paulo. A aplicação desta proporção aos dados da PNAD de 1995 e 1999 implicaria obter uma participação relativa das MPEs em todas as empresas do setor privado (inclusive setor agropecuário) muito próxima àquela apresentada neste trabalho. Assim, para evitar a adoção de mais hipóteses para se chegar a uma mesma proporção das MPEs no total dos ocupados nas empresas privadas, optou-se por manter o setor agropecuário fora desta análise.

Realização: Sebrae-SP

Coordenador: Marco Aurélio Bedê (Sebrae-SP)

Equipe Técnica: Pedro João Gonçalves, Hao Min Huai e Ana Flávia Teixeira.

Nota Metodológica: As notas metodológicas completas são apresentadas no anexo.

Sebrae-SP - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo

Área de Pesquisas Econômicas.

Rua Vergueiro, 1.117 – Paraíso,

CEP 01504-001 – São Paulo – SP.

Homepage: <http://www.sebraesp.com.br>.

e-mail: pesqeco@sebraesp.com.br

Informações sobre produtos e serviços do Sebrae-SP: 0800-780202

Informações sobre este relatório: (11) 3177-4715/4709/4712 /4716